

CRÍTICA FEMINISTA AO NEOLIBERALISMO: A AMPLIAÇÃO DA OPRESSÃO FEMININA COMO CONSEQUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO

FEMINIST CRITICISM TO NEOLIBERALISM: THE
EXPANSION OF FEMALE OPPRESSION AS A
CONSEQUENCE OF NEOLIBERALISM

Luísa Neis Ribeiro¹
Luana Renostro Heinen²

RESUMO: O objetivo do artigo é fazer uma análise do neoliberalismo a partir do gênero de modo a identificar como ele impacta de forma específica as mulheres por recair sobre elas o peso da maior individualização da ideia de cuidado (cada vez mais atribuída à família e menos ao Estado), sem garantia de igualdade de oportunidades no espaço público (na política ou no trabalho). A hipótese é de que uma crítica feminista ao neoliberalismo, em especial do feminismo marxista, a partir de sua compreensão do trabalho é capaz de apresentar uma leitura mais adequada dos impactos do neoliberalismo sobre as mulheres. O feminismo marxista indica que o caminho para se enfrentar esse problema é a socialização das tarefas domésticas como meio de se evidenciar a responsabilidade coletiva pelo cuidado e pelo bem-estar dos seres humanos em sociedade, expondo os limites da racionalidade neoliberal à emancipação das mulheres. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico para inicialmente esclarecer o conceito de neoliberalismo nas teorias sociais. Identificam-se três abordagens principais, reunidas no diálogo entre os autores David Harvey, William Davies, Lóic Wacquant e Alessandro Pinzani. Elas são neoliberalismo como: 1) política econômica – projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas; 2) modelo de Estado e políticas públicas – Estado pequeno no que se refere às políticas sociais, mas forte para imprimir na sociedade as marcas e valores do mercado e exercer controle social; 3) ética – em sua ideia de que cada um é responsável por sua própria vida e situação socioeconômica. No segundo momento do texto, discutem-se as visões de autoras centrais do feminismo marxista e do feminismo negro sobre a divisão sexual do trabalho – Angela Davis, Silvia Federici, Heleith Saffioti, Taylisi Leite e Lélia Gonzalez. Complementa-se o debate teórico com dados do IBGE e da Oxfam sobre a realidade brasileira e global do trabalho doméstico.

Palavras-chave: feminismo marxista; neoliberalismo; divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT: The aim of the article is to analyze the neoliberalism from the gender in order to identify how it impacts women specifically to fall on them the weight of the greatest individualization of the idea of care (increasingly attributed to the family and less to the state), without guaranteeing equal opportunities in public space (in politics or at work). The hypothesis is that a feminist criticism to neoliberalism, especially Marxist feminism, from its understanding of work can present a more adequate reading of the impacts of neoliberalism on women. Marxist feminism indicates that the way to face this problem is the socialization of domestic tasks as a means of evidencing collective responsibility for the care and well-being of human beings in society, exposing the limits of neoliberal rationality to women's emancipation. The methodology used was the bibliographical survey to initially clarify the concept of neoliberalism in social theories. Three main approaches are identified, gathered in the dialogue between the authors David Harvey, William Davies, Lóic Wacquant and Alessandro Pinzani. The consist of neoliberalism as: 1) economic policy – political project for re-establishing conditions of the accumulation of capital and restoration of the power of economic elites; 2) state model and public policies – small state regarding social policies, but strong to print in society marks and market values and exercise social control; 3) ethics – in his idea that each one is responsible for his own life and socioeconomic situation. In the second moment of the text, the central authors visions of Marxist feminism and black feminism on the sexual division of work are discussed – Angela Davis, Silvia Federici, Heleith Saffioti, Taylisi Leite and Lélia Gonzalez. The theoretical debate is complemented with IBGE and Oxfam data on the Brazilian and global reality of domestic work.

Keywords: marxist feminism; neoliberalismo; sexual division of work.

¹ Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente cursa o mestrado acadêmico pela mesma instituição. É pesquisadora no âmbito das áreas Sociologia do Direito, Filosofia do Direito e Teoria do Direito.

² Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com período sanduíche na Université Paris-Ouest Nanterre la Défense. Mestre em Direito, na linha Filosofia e Teoria do Direito, pela UFSC. Professora do Magistério Superior Adjunto A da UFSC.



1 INTRODUÇÃO

É possível afirmar que o neoliberalismo é o modelo político e econômico de nosso tempo. O que é o neoliberalismo, porém, não é algo simples de se caracterizar. O amplo uso do termo fez com que ele adquirisse múltiplos significados, entre monetarismo, neoconservadorismo, Consenso de Washington e reforma de mercado. Pesquisas³ indicam que até os anos 1990 o termo era usado em poucos artigos, mas passou a ser mencionado em mais de mil artigos por ano entre 2002 e 2005. Apesar disso, a discussão sobre a própria identificação do neoliberalismo nem sempre é feita de forma clara.

Na tentativa de olhar para a vasta produção teórica sobre o tema, realizou-se um levantamento bibliográfico em torno do conceito de neoliberalismo. Com isso, foram identificadas três frentes principais de conceituação, que serão apresentadas no trabalho.

Uma primeira pode ser denominada *teoria e prática econômica*. Para essa perspectiva, defendida por autores marxistas, o neoliberalismo é principalmente um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas. Utiliza-se o autor David Harvey como expoente dessa leitura. A segunda frente vê o neoliberalismo como *teoria política*, que congrega em si políticas governamentais e modelos de Estado. Debatem-se as teorias de William Davies e de Löic Wacquant como seus representantes. Já a terceira frente principal de conceituação do neoliberalismo tem como foco sua *ética*, visão de vida cujo mantra é “cada um é responsável por sua própria vida e situação socioeconômica”, que contribui para a redução da legitimidade do Estado social. Nessa abordagem, apresentam-se os aportes do filósofo Alessandro Pinzani.

Propomos neste trabalho pôr em diálogo essas três frentes de conceituação por meio dos autores supracitados - David Harvey, William Davies, Löic Wacquant e Alessandro Pinzani. Cada um, enquanto representante de uma perspectiva, é trazido para que seja

³ Ver Boas e Gans-Morse (2009).

possível articular a tripla estruturação do que podemos chamar de neoliberalismo. Essa leitura do neoliberalismo precisa ainda ser complementada com a análise de gênero: como esse fenômeno impacta de forma específica às mulheres? Quais as possibilidades de enfrentamento do neoliberalismo e suas consequências sobre as mulheres? São esses questionamentos que mobilizam este artigo.

A hipótese é de que uma crítica feminista ao neoliberalismo, em especial do feminismo marxista, a partir de sua compreensão do trabalho, é capaz de apresentar uma leitura mais adequada dos impactos do neoliberalismo sobre as mulheres. Como meios para enfrentar esse problema, o feminismo marxista indica é a socialização das tarefas domésticas que pode evidenciar a responsabilidade coletiva pelo cuidado e pelo bem-estar dos seres humanos em sociedade, expondo os limites da racionalidade neoliberal à emancipação das mulheres.

O neoliberalismo, em seu ideal antioletivista e em sua prática política e econômica, acaba por sobrecarregar as mulheres nas tarefas domésticas e de cuidado como um todo, reforçando uma estrutura patriarcal presente no cerne do capitalismo.

Para comprovação disso, faz-se uma revisão bibliográfica da questão do trabalho doméstico e sua sócio-historicidade com as autoras Angela Davis, Silvia Federici, Heleieth Saffioti, Taylisi Leite e Lélia González. Também, são mobilizados dados empíricos que atestam a responsabilização extra das mulheres por tais tarefas. Após, o objetivo principal da investigação é destrinchado, qual seja, o de ser capaz de inter-relacionar neoliberalismo e feminilização do trabalho doméstico e de cuidado. Advoga-se então pela socialização das demandas domésticas enquanto pauta feminista fundamental, caminho oposto ao que o neoliberalismo propõe. São abordados os empecilhos estruturais a essa socialização e oferecidas sugestões que poderiam mitigar a feminilização do trabalho doméstico e de cuidado intensificada no contexto neoliberal. Consideramos esse passo fundamental para se evidenciar a responsabilidade coletiva pelo cuidado e para a promoção dos direitos das mulheres.

Tendo isso em conta, a primeira parte do texto é dedicada a esclarecer o que é a prática econômica neoliberal, o Estado neoliberal e a ética neoliberal. Colocam-se as perspectivas em debate a partir dos pontos levantados por Harvey, Davies, Wacquant e Pinzani, com a finalidade de conectar estas três esferas do social - estrutura produtiva e reprodutiva da vida, organização do Estado e ética – tocadas pelo neoliberalismo.

Já a segunda parte do texto inicia pela denúncia de como a ética neoliberal da responsabilização individual é, na verdade, um ideal que não consegue ser aplicado às mulheres, pois elas são majoritariamente responsáveis pelo cuidado e pelas atividades domésticas e desvalorizadas no trabalho produtivo. Nesse sentido, faz-se uso das contribuições de Pinzani (2016) sobre ética neoliberal para explicar como os novos valores sociais contribuem à naturalização e intensificação de um papel imposto pelo patriarcado.

Em seguida, na etapa de inter-relacionar neoliberalismo e trabalho doméstico e de cuidado, aponta-se, com apoio na teoria feminista sobre o tema – debatendo análises de Angela Davis, Silvia Federici, Heleieth Saffioti, Taylisi Leite e Lélia Gonzalez –, como o neoliberalismo acaba por atingir de forma específica às mulheres, pois radicaliza uma estrutura social patriarcal ao reduzir o Estado social e promover uma ética particular antioletivista que as sobrecarrega. Essa crítica se fundamenta ainda na análise de dados sobre a participação feminina no mercado de trabalho, de um lado, e sobre o trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil e no mundo, de outro, utilizando IBGE e Oxfam como fontes.

A partir de Ângela Davis (2016) e de Silvia Federici (2017), apresentamos o caráter histórico da divisão sexual do trabalho e da separação entre a economia doméstica familiar e a economia voltada para o lucro capitalista – que relegou à mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico; acumulado, principalmente no caso das mulheres negras, ao trabalho produtivo. Explica-se, com base nas autoras supracitadas, que não é possível isolar patriarcado e capitalismo do ponto de vista estrutural. Trata-se de um mecanismo orientado produtiva e reprodutivamente para desigualdade de gênero. Tomando o

neoliberalismo como uma nova fase do capitalismo, demonstramos como seus valores e sua prática acentuam uma desigualdade estrutural.

Enfim, discutimos a ideia de socializar as tarefas domésticas como meio de se evidenciar a responsabilidade coletiva pelo cuidado. Sua dificuldade de implementação é apontada, bem como algumas saídas possíveis. Diante da ordem neoliberal que radicaliza a feminilização do cuidado, esse é o desafio a ser enfrentado para uma efetiva emancipação feminina.

2 O NEOLIBERALISMO

Antes de adentrar em cada uma das caracterizações é importante uma breve contextualização histórica sobre o surgimento do neoliberalismo. Ainda que hoje o termo tenha adquirido conotações negativas no espaço político e na academia, ele foi cunhado de forma positiva nos anos 1938 pelos participantes do Colóquio Walter Lippmann, em Paris. A proposta dos intelectuais reunidos à época era refundar o liberalismo e ultrapassar o naturismo da visão dos primeiros liberais, como explica Héctor Romo (2018). Em 1951, o próprio Milton Friedman usou o termo em um título de seu trabalho sobre as pesquisas de seus camaradas.

Ainda de acordo com Romo (2018, p. 23), o Colóquio Lippmann terminou com a intenção de criação de um Centro Internacional de Estudos “para a renovação do liberalismo cuja sede se instalaria em Paris, centro que seria concebido como uma sociedade intelectual internacional com sessões regulares em diferentes países”.

No entanto, devido a Segunda Guerra Mundial e a Ocupação na França, somente em 1947 apareceu a Sociedade de Mont Pèlerin (MPS) como uma prolongação do Colóquio de 1938. Nasceu de forma marginal, na Suíça. Entre os participantes estavam Aaron Director, Milton Friedman, Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Michael Polanyi e Karl Popper.

Como afirmam Deiter Plehwe e Philip Mirowski (2009), a partir da criação da MPS se desenvolveu um pensamento coletivo próprio ao neoliberalismo, cuja missão era disseminar ideários antioletivistas na sociedade. Para isso, construiu-se uma enorme rede de propaganda e de produção intelectual que Mirowski (2009) categorizou como “Boneca Russa”⁴.

Com o tempo, porém, houve um rompimento que fez com que *neoliberalismo* passasse de slogan da filosofia liberal a crítica antiliberal. De acordo com Taylor C. Boas e Jordan Gans-Morse (2009), a participação e o apoio dos Chicago Boys (economistas neoliberais advindos da Escola de Chicago) na experiência ditatorial chilena teria desprestigiado o termo, associando-o à repressão e à perda de liberdades de toda ordem, excetuando-se a liberdade econômica. Em virtude de tal associação, apoiadores do neoliberalismo teriam deixado de citar essa palavra ou identificar-se com ela. Assim, apesar do crescimento e disseminação dos representantes do neoliberalismo, a expressão foi abandonada por intelectuais apoiadores da sociedade de mercado.

Mesmo assim, o termo tem muita disseminação entre os críticos da proposta e a partir da análise dessas críticas podemos compreender as três frentes em que o neoliberalismo se apresenta.

2.1 Neoliberalismo enquanto teoria e prática econômica – a partir de David Harvey

A leitura marxista do neoliberalismo o considera como uma nova fase de acumulação capitalista. Para compreendê-lo, a análise marxista parte da dinâmica da luta de classes, da natureza classista do Estado e das relações entre os planos nacional e

⁴ A “Boneca Russa” é uma metáfora utilizada pelo autor para explicar como não conseguimos ver a relação clara de uma parte da produção propagandística neoliberal com as outras, uma camada “esconde” sempre outra. Mirowski (2009) cita algumas das principais peças dessa rede, quais sejam: espaços acadêmicos espalhados pelo mundo, como a Universidade de Chicago, a Escola de Londres de Economia, o Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra, a Universidade de St. Andrews na Escócia; fundações educacionais, filantrópicas e até de caridade, como a Fundação Volker e a Fundação Relm; e finalmente os think-tanks, como o American Enterprise Institute. Mesmo evidentemente conectados pelos fins políticos de suas produções (a partir da relação direta com a MPS), esses institutos apresentam-se publicamente como independentes, o que atestaria seu caráter espontâneo. A estrutura inusual faz compreensível porque não é fácil resumir o neoliberalismo em alguns pontos.

internacional caracterizado, este último, pela mundialização que se refere à dominância das finanças (GALVÃO, 2008). A partir de Harvey, abordaremos a leitura do neoliberalismo na dinâmica da luta de classes.

Harvey (2012) explica que o neoliberalismo é um “projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas”. Esse projeto foi colocado em prática nos Estados após a crise da década de 1970 em diversos países. Porém, existem particularidades na aplicação da cartilha neoliberal para cada um deles, denotando processos de “neoliberalização” singulares. Ainda assim, todos compartilham ações de repressão da classe trabalhadora e estruturam compromissos estatais com a desregulação, a financeirização e a austeridade do gasto público (HARVEY, 2012).

Buscando a motivação desse projeto, o autor recapitula que, na crise de 70, dado o colapso dos ativos de ações, imóveis e poupança, houve queda do controle da riqueza pelo menos do 1% mais rico da população norte-americana. Foi, portanto, com objetivo de recuperar poder econômico que as políticas neoliberais foram aplicadas, e se mostraram bem-sucedidas. Demonstra Harvey (2012, p. 25):

Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto do seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000.

Apesar desses dados, para uma análise criteriosa do neoliberalismo, é preciso atentar à configuração de classes característica de cada país em seu processo de neoliberalização.

Atento a isso, o autor aponta que as políticas de neoliberalização redefiniram classes, de modo que a restauração do poder econômico não significou necessariamente a sua restauração às mesmas pessoas. Um exemplo disso se deu na Grã-Bretanha, onde

Margareth Thatcher atacou classes tradicionais que compunham as elites militar, judiciária e financeira do centro financeiro de Londres e apoiou os empreendedores e novos ricos.

Apesar dos elementos particulares, foram movimentos gerais da neoliberalização: 1. Os ganhos sob propriedade e gerência de empresas capitalistas, tradicionalmente separados, se fundiram quando os CEOs (gerentes) começaram a ser pagos em ações (títulos de propriedade); 2. Houve redução da separação entre capital monetário (que recebe dividendos e juros) e capital produtivo, manufatureiro ou mercantil; e 3. Ocorreu o surgimento de diversos conglomerados, com fusões intersetoriais de produção, comercialização, propriedades imóveis e interesses financeiros, consolidando o padrão capitalista de concentração (HARVEY, 2012).

Harvey (2012, p. 25) reconhece que esse conjunto bastante diversificado de poderio econômico pode não conspirar como classe, havendo, inclusive, tensões entre eles, mas diz que “há entre todos certa convergência de interesses que de modo geral reconhece as vantagens (e nesse momento alguns riscos) a ser obtidas da neoliberalização”.

Implementado na Inglaterra e nos Estados Unidos, o receituário neoliberal se disseminou pelo mundo a partir da formulação de um consenso em torno das suas ideias. Na produção e disseminação desse consenso, a mídia e os intelectuais tiveram papel central. Por meio das ideias defendidas principalmente pelos economistas (seus porta-vozes), pressões dos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria, mas principalmente pela adoção dessas políticas por instituições econômicas internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o neoliberalismo se afirmou como resposta para a crise. A receita era “o controle da inflação e a solidez das finanças públicas (em vez do pleno emprego e das proteções sociais) como objetivos primordiais da política econômica” (HARVEY, 2012, p. 102) As medidas que inicialmente foram um experimento um tanto caótico converteram-se em uma nova ortodoxia com o Consenso de Washington de 1990.

A leitura marxista permite compreender como no neoliberalismo há uma tendência cada vez maior de concentração de capital, em que especialmente as classes rentistas tendem a se beneficiar. No entanto, permanece em aberto a questão de como se legitima esse sistema que beneficia poucos e qual é o papel das instituições para tanto. Para compreender a dinâmica própria de funcionamento do Estado nesse regime de acumulação, trazemos a contribuição weberiana de William Davies, a fim de identificar como essa instituição impõe valores de mercado sobre os da política. O desencantamento da política é parte desse processo, assentado sobre as ideias de tecnocracia e escolha individual.

2.2 Neoliberalismo enquanto teoria política: congrega em si políticas governamentais e modelos de Estado

William Davies (2018) constata uma diferença crucial entre liberalismo e neoliberalismo: para o liberalismo mercado e Estado são domínios separados, já para o neoliberalismo o Estado deve ter protagonismo.

Para o neoliberalismo não há separação entre as esferas da política e da economia, os indivíduos se comportam da mesma maneira nos dois âmbitos; ele estende a grade de inteligibilidade da economia para as demais esferas da vida social, inclusive da política. Não se trata do neoliberalismo simplesmente privilegiar o mercado, mas buscar fortalecê-lo, usando a força do Estado para isso e orientando as instituições políticas por princípios mercadológicos – como a transparência e a competitividade.

Nesse ponto, o Estado é alvo de severas críticas (diz-se que o Estado e seus agentes desperdiçam, são egoístas, irracionais, alheios à competição do mercado, excessivamente intelectuais e resistentes à mudança), embora haja pouca evidência de reformas neoliberais que tenham reduzido o Estado (DAVIES, 2018). O que ocorre é a reconfiguração estatal contínua, com fins classistas nem sempre explicitados, mas sempre presentes, como demonstra Harvey (2012).

Segundo Davies (2018), os neoliberais atribuem ao mercado uma série de virtudes que devem ser ampliadas a outras áreas da vida e adotadas pelos Estados com fins de aperfeiçoar seu funcionamento, como a competição e a transparência. A instituição estatal é estratégica em sua função de levar a competição a outros campos por meio de suas políticas. Instituições resistentes ao *ethos* de competitividade e do indivíduo como empreendedor de si são os alvos principais de transformações e críticas dos neoliberais.

Mais do que uma retórica do quadro político, o projeto político neoliberal precisa ser legitimado no corpo social por fontes não-políticas, que sustentam o mercado como modelo insuperável de regulação social. Segundo Davies (2018), as duas fontes “não-políticas” principais do neoliberalismo são a tecnocracia e o sentimento popular.

Transfere-se para esferas consideradas técnicas a responsabilidade de realizar a reforma do Estado, o que não configura uma redução do poder estatal, mas a transferência do poder de esferas tradicionalmente entendidas como políticas para outras supostamente não poluídas pela política, chamadas de técnicas. Para desafiar o poder de servidores eleitos e funcionários públicos estáveis, novas comissões, auditorias e órgãos reguladores são estabelecidos dentro e ao redor do Estado neoliberal.

As privatizações e terceirizações ampliadas dão origem a novos tipos de controles e as agências estatais e não estatais passam a ser avaliadas com o mesmo conjunto de métricas e o mesmo cálculo de custos e benefícios. A neutralidade dos tecnocratas neoliberais não se baseia na lei ou formalismo, mas em técnicas e dados auto evidentes:

[...] um novo tipo de elite tecnocrática que opera fora do direito, das formas tradicionais de conhecimento profissional. Diferentemente dos burocratas weberianos, essas elites mudam de escritório (e de setor) constantemente e são qualificadas em virtude de seus estilos de análise, em vez do conhecimento que realmente possuem. Economistas, gerentes de risco, auditores, ‘empresários’ de políticas, ‘gurus’ de inovação, e assim por diante, servem como figuras-chave no funcionamento do Estado neoliberal e antipolítico (DAVIES, 2018, p. 279).

O segundo legitimador do Estado neoliberal é o sentimento popular. Nesse ponto, o neoliberalismo aproveita-se de problemas originários do próprio mecanismo de mercado para culpar a política e outros grupos, especialmente minorias sociais. A aliança

neoliberalismo-conservadorismo não é, portanto, uma incongruência. Foi assim com Margareth Thatcher na Inglaterra: o thatcherismo conectou pressupostos morais e culturais populares (pressupostos conservadores de uma sociedade que estava culturalmente em mudança) à paisagem econômica em mudança dos anos setenta. Esses pressupostos culturais eram “conservadoras”, enfatizavam a família, a autoconfiança e a tradição nacional, e foram explicitamente discutidos por Thatcher, independentemente de suas políticas econômicas realmente salvaguardarem esses valores (DAVIES, 2018).

Por outro lado, as críticas retóricas à “autoridade” materializada na figura do Estado e de organizações sociais como sindicatos, acompanhada da defesa de uma autonomia política alcançada pela escolha individual consubstancia a crença neoliberal no mercado. Cria-se, então, um populismo sintonizado que oferece uma forma de legitimidade ao Estado neoliberal diferente da representativa: há uma crescente desconfiança do sistema político e uma sensação de que as identidades e preferências mais importantes estão sendo exercidas fora da política.

Wacquant (2012, p. 509) sugere que o neoliberalismo é um projeto político adaptável, aberto e plural, mas que possui um núcleo institucional reconhecível: “Esse núcleo consiste numa articulação entre *Estado*, *mercado* e *cidadania* que aparelha o primeiro para impor a marca do segundo à terceira.” Esse projeto não envolve a retirada do Estado, mas sua reengenharia para apoiar a criação e o estabelecimento do mercado. Para o autor, a neoliberalização enquanto ampliação do domínio de mercado constituiu-se em paralelo à grande reabilitação e expansão do aparato penal do Estado. O encarceramento (com raras exceções), aponta Wacquant (2012), cresceu em todas as sociedades pós-industriais do Ocidente, “juntamente com a precarização do trabalho e a redução da assistência social”.

O Leviatã neoliberal se assemelha para Wacquant (2012) a um Estado-centauro: exhibe rostos opostos nos dois extremos da estrutura de classes: ele é edificante e ‘libertador’ no topo, onde atua para alavancar os recursos e expandir as opções de vida dos detentores de capital econômico e cultural; mas é penalizador e restritivo na base,

quando se trata de administrar as populações desestabilizadas pelo aprofundamento da desigualdade e pela difusão da insegurança do trabalho e da inquietação étnica.

O Estado-centauro do neoliberalismo favorece às classes mais altas, inclusive por meio de benefícios em financiamentos, porém, reduz os programas de assistência social na base da pirâmide, ou seja, para populações mais pobres resta, muitas vezes, o encarceramento.

O Estado neoliberal que beneficia as classes mais altas e se legitima sobre as demais com o discurso da antipolítica contribui a construir uma ética, ou seja, uma visão de vida boa que se dissemina socialmente e sustenta um modo de agir que enfatiza a responsabilidade individual, invisibilizando as estruturas sociais, as desigualdades e a opressão de gênero. A seguir, analisamos em que consiste essa ética neoliberal.

2.3 Neoliberalismo enquanto ética - a partir de Pinzani

O filósofo Alessandro Pinzani (2016) caracteriza a dimensão ética do neoliberalismo, analisando a concepção de vida boa dos neoliberais. Tida como uma vida responsável, cujo único fator de sucesso ou fracasso pessoal é a individualidade, essa noção de vida boa apoia-se fundamentalmente na noção negativa de liberdade (enquanto ausência de coerção física)⁵ e inaugura uma norma na qual cada indivíduo é, *a priori*, livre, e a partir daí, responsável. Essa concepção consistirá, em diálogo com o ideal tecnocrático e o sentimento popular, a base para o apoio social a uma série de iniciativas neoliberais.

⁵ O autor Raymond Plant estuda as concepções de liberdade para diversos neoliberais, buscando identificar o núcleo duro que a define para eles. Sobre isso, pontua: “As ideias de liberdade [...] são centrais para a teoria neoliberal social, política, econômica e jurídica. Na verdade, o neoliberalismo é frequentemente retratado como a teoria da sociedade livre e, portanto, a natureza da liberdade é crucial. Mas embora seja crucial, a ideia de liberdade em geral e dentro do pensamento neoliberal em particular é altamente complexa e controversa. É fundamental para o projeto neoliberal que a liberdade tenha de ser compatível com o império da lei, como vimos os neoliberais a compreenderem. Dado que o império da lei deve ser nomocrático, independente de propósitos e objetivos, universal e aplicável a todos os cidadãos igualmente, a reivindicação central feita pelos neoliberais sobre a liberdade é que ela deve ser vista como liberdade negativa. Isso quer dizer que é liberdade de, em vez de liberdade para. É sobre liberdade de coerção, em vez de liberdade no sentido de ter poderes e capacidades ou perseguir tipos específicos de objetivos. Como um estado nomocrático e suas leis devem ser vistos como independentes de propósitos, a liberdade também deve ser igualmente independente e isso só pode ser alcançado por liberdade negativa” (PLANT, 2010, p. 64).

Nessa esteira, Pinzani (2016) identifica um importante princípio da ética neoliberal: a obediência dos indivíduos à racionalidade econômica, o que os tornaria além de responsáveis, 'responsivos'. Afirma-se, a partir disso, que ações individuais são motivadas em interesse próprio, objetivando a maximização de bem-estar em todos os âmbitos da vida.

Nesse sentido, até a luta política por direitos é interpretada desde uma perspectiva individualista. Ações de resistência às opressões são lidas como uma busca pela consolidação de um estilo de vida individual, invés de uma luta coletiva por cidadania (PINZANI, 2016).

Pinzani (2016) distingue duas versões da ética neoliberal. Na primeira delas desenvolvida especialmente por Becker e Hayek, ser um indivíduo significa ter um plano de vida e persegui-lo. Essa versão possui ideias fundamentais como da liberdade dos indivíduos e da obediência à racionalidade econômica. Segundo essa perspectiva, a liberdade é entendida de modo negativo, enquanto ausência de coerção física. A racionalidade econômica, de outro lado, é o que explica o movimento desse indivíduo, inclusive nas áreas até então consideradas isentas de motivação econômica, como a criminalidade, as relações afetivas, etc. É o que garante uma existência na qual são escolhidas somente atitudes que maximizem o bem-estar e minimizem danos ou perdas, à semelhança do funcionamento de uma empresa. Nos termos fabricados por Becker (1964), o indivíduo é ele mesmo seu capital, produtor e fonte de renda, é o "empreendedor de si".

Além disso, de acordo com Hayek (1983), se a liberdade individual (nos termos de não-coerção) é respeitada, as escolhas e ações realizadas sob essa condição são consideradas autônomas, totalmente livres. Isso significa que, se um indivíduo se vê ameaçado de inanição e somente há uma pessoa que pode oferecê-lo trabalho, sendo o indivíduo então empregado por um salário baixíssimo, a atitude do empregador de contratá-lo é autônoma com relação à do empregado de trabalhar nessa situação. Ou seja, "nem todos os danos que as pessoas sofrem devem ser considerados como um mal feito contra elas ou como uma injustiça" (PINZANI, 2016, p. 370). O patrão, nesse caso, não

pode ser responsabilizado ou culpado pela condição de seu empregado, somente o trabalhador tem responsabilidade sob sua escolha livre (sem coerção física). Deste modo, a noção de autonomia dos indivíduos é o que compactua liberdade e responsabilidade a nível individual, sustentado que as ações sejam interpretadas em separado, sem referenciais às relações sociais que envolvem.

Contudo, a segunda versão dessa ética, considerada mais grosseira e popularizada, parte de um princípio simples que legitima o desmantelamento do Estado de bem-estar. Esse princípio consiste na noção de que cada um é responsável por sua vida e situação socioeconômica, atribuindo aos indivíduos uma responsabilidade que culpabiliza os pobres por sua pobreza e os oprimidos por sua opressão. Nessa configuração simplificadora, o fato de que as mulheres são prejudicadas economicamente e mais demandadas nas tarefas domésticas e de cuidado não é problema do Estado ou de quem quer que seja, e sim delas mesmas individualmente.

Para as mulheres, essa lógica implica o apagamento de grande parte de suas atividades e demandas atribuídas por meio da socialização, já que o trabalho doméstico e o cuidado com filhos de modo geral não pode ser compreendido, muito menos ser considerado importante, através da estrita racionalidade econômica. Além disso, a aliança neoliberalismo-conservadorismo reforça papéis de gênero que subordinam as mulheres à dedicação familiar, ao mesmo tempo em que reduz políticas de assistência e proteção sociais que poderiam contribuir a contrabalancear a desigualdade de gênero.

3 NEOLIBERALISMO E PATRIARCADO: AS MULHERES SOBRECARRREGADAS PELO CUIDADO

Como uma nova etapa de acumulação do capitalismo, o neoliberalismo possui características próprias que, conforme apontado acima, podem ser compreendidas na tripla face econômica, institucional e ética. Em sua dimensão ética, o neoliberalismo fomenta o empreendedorismo de si, a realização pessoal e a independência por meio do dinheiro como ideal para todas as mulheres. Mas há um descolamento entre o ideal ético de sujeito autossuficiente a ser atingido pelas mulheres e o que a estrutura de mercado as

possibilita. Esse aparente paradoxo, na verdade, se trata de uma contradição que não pode ser superada sob o capitalismo.

Numa perspectiva crítica, a teorização neoliberal generalizadora do *homo oeconomicus* a todas as esferas do social, além de ocultar que o empreendedor de si é dependente (de mulheres, para o trabalho doméstico, para o cuidado e, geralmente, para a composição do orçamento familiar), também naturaliza a subordinação feminina, de modo que ela “é formulada, em suma, como um efeito da natureza, e não do poder” (BROWN, 2015, p. 105). Essa noção está presente em Becker (1991, p. 78), ao afirmar que, em virtude da maior responsabilização das mulheres “para cuidar das crianças e outras tarefas domésticas”, elas ganham menos e a “segregação profissional substancial persiste”. Para ele, este é um problema da esfera do “social”, e não do “econômico”. Para a perspectiva economicista de Becker, o mercado não faz parte do “social” e nada há a ser feito, já que é a forma como a sociedade se organiza.

Por outro lado, partindo da perspectiva da *totalidade*⁶, pode-se localizar a ética neoliberal como sustentáculo ideológico fundamental para políticas públicas e econômicas prejudiciais às mulheres. É uma operação artificial a de separar aspectos culturais e ideológicos da esfera material, um sempre está conectado ao outro. Nessa esteira, Heleieth Saffioti (1985, p. 104) enfatiza que “[...] o patriarcado não se resume a um sistema sociopolítico-ideológico, mas apresenta também uma forte dimensão econômica”.

Apesar dessa perspectiva, alerta-se para a divergência entre teorias feministas no que se refere à relação entre sistema capitalista e sistema patriarcal. Algumas autoras entendem os dois como processos autônomos⁷, enquanto outras adotam a chamada

⁶ A totalidade é uma categoria marxista central e organizadora da crítica de Marx à sociedade burguesa. Para o autor, a realidade dessa sociedade constitui uma totalidade, o que significa que ela não existe apartada em cada uma de suas dimensões, mas sim que cada uma delas se interrelacionam e estão em movimento dialético (CARVALHO, 2007, p. 177-193).

⁷ Segundo a perspectiva dual, capitalismo e patriarcado são sistemas distintos de relações sociais com estruturas, dinâmicas e histórias diferentes. Há uma interação recíproca entre patriarcado e capitalismo: se combinam de modo a remodelar as relações de classe de um lado e de gênero de outro. Por sua vez, o feminismo liberal tende a adotar uma postura segundo a qual o capitalismo seria indiferente diante da opressão de gênero, que seria meramente contingente e não necessária, podendo o patriarcado ser dissolvido em sociedades de capitalismo avançado (ARRUZZA, 2015).

“leitura unitária”, isto é, consideram ambos – capitalismo e patriarcado - diretamente imbricados, tomando o primeiro “não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015, p. 38). Adota-se esta última posição, por entender que patriarcado e capitalismo são um mesmo modo de produção e reprodução da vida, em que as opressões de gênero e classe não reverberam mecanicamente (SAFFIOTI, 1985).

Saffioti (1985) identifica na divisão do trabalho um recorte em termos de sexo que subordina mulheres a homens, decorrente do *capitalismo-patriarcado*. Nesse aspecto, o processo de industrialização e urbanização vivido no Brasil na década de 70 mostrou-se revelador. Com o início de uma política de rebaixamento dos salários no quadro da ditadura civil-militar brasileira, a discriminação às mulheres no trabalho é evidenciada por dados estatísticos:

[...] as diferenças salariais entre homens e mulheres tornaram-se muito mais pronunciadas em 1976 do que eram em 1970. De um rendimento médio de 61,2% do masculino, em 1970, as mulheres passaram a auferir, em média, apenas 48,6% do que percebiam os homens em 1976. O fosso foi, portanto, ampliado de quase treze pontos percentuais, o que redundou em rendimentos médios femininos inferiores à metade dos rendimentos médios masculinos (SAFFIOTI, 1985, p. 135).

Para a autora, o que explica a aguda diferenciação salarial e de empregabilidade entre os sexos é a simbiose patriarcado-capitalismo, que precisa flexibilizar a maximização de lucro imediata (possibilitada pela incorporação massiva da força de trabalho feminino por menores salários)⁸, para priorizar a alocação delas nos aparelhos de reprodução, a fim

⁸ Gary Becker, um dos principais economistas neoliberais da Escola de Chicago, realiza a leitura econômica de fenômenos sociais diversos. Na obra *A Economia da Discriminação* (1971), o autor argumenta que a discriminação do mercado de trabalho com negros e mulheres é prejudicial também aos empregadores, que lucrariam mais caso optassem por pagar um salário reduzido a esses grupos, invés de empregar homens brancos. Deste modo, a incorporação com essa redução seria resolvida depois pela livre concorrência. A análise de Becker baseou-se nos seguintes pressupostos: 1. Maximização de utilidade como única direção do comportamento humano; 2. Mercado como modelo de interação social ideal; 3. Equilíbrio de mercado como resultado de seu funcionamento (combinação de interesses). Por fim, Becker conclui pela necessidade de ampliação da concorrência de mercado e de maiores investimentos em educação para a comunidade negra. Afirmar também que os principais culpados pela discriminação laboral são os sindicatos, organizações formadas majoritariamente por trabalhadores brancos, que, para Becker, preservariam seus empregos de forma a impedir a empregabilidade dos negros. Em uma visão neoliberal, portanto, o livre mercado resolveria por seus próprios mecanismos alguns dos problemas discriminatórios.

de salvaguardar em primeiro lugar a reprodução da família trabalhadora, explorando em grau mais intenso a força de trabalho feminino “quando dela necessita e nas proporções em que dela precisa” (SAFFIOTI, 1985, p. 139).

É o que desenvolve Silvia Federici (2017) ao alargar a categoria marxista de *acumulação primitiva* e explicar a ascensão do capitalismo e do patriarcado como processos entrelaçados.

Para o capitalismo surgir, Karl Marx (2001) aponta uma etapa prévia à acumulação própria do capital. Antes, houve um período de brutal reorganização econômico-social marcada por atos de pilhagem, violência e conquista, como a escravização dos povos da África e da América e a expropriação dos trabalhadores europeus de suas terras comunais. Para Federici (2017), apesar de importante, a categoria de acumulação primitiva de Marx demanda um alargamento, pois não abarcou as “profundas transformações que o capitalismo reproduziu na força de trabalho e na posição social das mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 117-118). Por isso, a autora vê o processo de sujeição das mulheres como parte dessa acumulação primitiva. Tal sujeição se deu fundamentalmente pelo isolamento da reprodução social como atribuição das mulheres e pelo controle de seus corpos. Para reproduzir o capital, a classe dominante teve de garantir, violentamente, a reprodução da força de trabalho, levando à instituição da maternidade compulsória às mulheres brancas.

Mas a natureza da opressão feminina no capitalismo não se resume a seu papel reprodutivo. Há algo próprio do trabalho doméstico no sistema capitalista que permitiu a inferiorização da mulher dedicada a esse trabalho, mesmo que ela também trabalhe fora do lar: a não-produção de mercadorias; e, portanto, de mais-valor.

Pautando-se nessa discussão sobre valor-trabalho, a escritora marxista Roswitha Scholz, cujo pensamento foi sistematizado pela brasileira Taylisi Leite (2020), traz uma contribuição fundamental. Trata-se da noção de valor-clivagem ou valor-dissociação (*Wert-Abspaltung* em alemão). O conceito foi forjado para representar o binarismo social de gênero, em que as formas feminino e masculino são constituintes da subjetividade do capital. Não se trata de uma unidade cindida posteriormente nessas duas partes. Na

verdade, o capitalismo possui uma sociabilidade própria já clivada. Por estrutura, reproduz-se uma construção histórica dividida, em que as relações econômicas produtivas do valor são masculinas, enquanto atividades relegadas ao feminino - mesmo quando absolutamente essenciais para a continuidade do capital - são alijadas de produzir trabalho abstrato e, por isso, rebaixadas em relação às primeiras. Entre elas, podemos citar: “Gerar, parir, cuidar de crianças e velhos, cuidar da casa, [esses] atos são postos em chave diversa daquela da valorização do valor. Mas a sociabilidade capitalista não pode se reproduzir sem [elas]” (LEITE, 2020, p. 2). Assim, o sujeito que produz capital não é neutro sexualmente. Vê-se que o patriarcado se entranha na própria estrutura capitalista, até mesmo em sua célula mais primária, a mercadoria (MARX, 2001).

Desse modo, a figura da “dona de casa” - produto dessa ideologia burguesa clivada - possibilitou que o pagamento de salários mais baixos às mulheres e outras formas de exploração baseada no gênero se configurassem até se tornarem uma prática social consolidada como detectou Saffioti (1985). Davis (2016, p. 231) expõe o caráter ideológico do estereótipo, que representava uma condição de vida restrita às mulheres de classes médias, mas era propagandeado como modelo universal de feminilidade. Com isso, “mulheres obrigadas a trabalhar em troca de salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública, [de modo que] o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas”.

Na atualidade, a discriminação de gênero no mercado persiste, ao mesmo tempo em que as tarefas domésticas ainda são atribuídas às mulheres como algo natural⁹. Um levantamento do IBGE de 2019 atesta: 1. as mulheres brasileiras dedicam o dobro do tempo ao trabalho doméstico e de cuidado e 2. 85% do cuidar é realizado apenas por elas. Globalmente, segundo relatório da Oxfam do mesmo ano, as mulheres são responsáveis

⁹ Segundo dados do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, as mulheres passam em média 2,3 horas por dia com tarefas domésticas, e os homens, 1,4 horas. “Mesmo quando homens dizem dividir os serviços de casa igualmente com suas companheiras, os dados demonstram que isso não ocorre. Vale notar que as mulheres também desempenham mais tarefas desse tipo nos escritórios. Um dos estudos recentes foi publicado no periódico *Demography*, analisou dados do Levantamento de Utilização do Tempo nos EUA e constatou que mães casadas com homens fazem mais trabalho doméstico que mães solteiras, dormem menos e têm menos tempo de lazer” (MILLER, 2019).

por 75% do trabalho de cuidado não remunerado. Na estimativa do órgão, o total das horas de trabalho dispendidas nessas tarefas corresponderiam a cerca de 10 trilhões de dólares por ano, aproximadamente três vezes mais do que o lucro da indústria tecnológica. Frisa-se ainda que, mulheres que trabalham também foram de casa, ainda têm de cumprir, em média, 8 horas a mais em obrigações domésticas quando comparadas aos homens (DIAS, 2021).

Entretanto, a ética neoliberal, ao estimular a conduta humana à semelhança de uma empresa (“o empreendedor de si”), afasta a possibilidade de colaboração na esfera doméstica e acaba por reforçar o destino “natural” feminino. O resultado é que a serva de seu marido não pode ser empreendedora de si.

Assim, sob a leitura unitária que vê capitalismo e patriarcado como uma ordem única (ARRUZZA, 2015), a ética neoliberal (e suas implicações políticas e institucionais) inova a opressão do sistema, reforçando papéis sociais tradicionais e radicalizando a diferenciação de gênero.

Nesse mesmo sentido, o Estado neoliberal não tem apreço por políticas de democratização, colaboração ou pelo incentivo a novas formas de relações sociais. Pelo contrário, diminui sua atuação no combate à desigualdade em todos seus modos. Abre-se mão do caminho de politizar o trabalho doméstico e todo o âmbito tido como “privado” pelos liberais. Deste modo, o neoliberalismo prejudica as mulheres em duas frentes principais: primeiro, pela diminuição do Estado na arena social como um todo; segundo, pelo modelo de responsabilização individual, que não leva em conta as limitações estruturais da condição de mulher na sociedade de mercado. De outro lado, há na visão neoliberal uma ênfase tal da liberdade individual, que acaba por ignorar elementos estruturais de opressão, principalmente o patriarcado. Resumi-lo em obstáculo à realização individual, e não a uma estrutura de poder, é compactuar com ele.

Ademais, a questão do cuidado e do trabalho doméstico se complexifica quando analisamos o caso das empregadas domésticas. Com forte carga histórica derivada da escravização, a maioria dessas trabalhadoras são mulheres negras, que já possuem

inúmeras atribuições domésticas em seus lares próprios e estão sujeitas a um grau de exploração elevado, com pouco acesso a direitos. No Brasil, elas só foram reconhecidas juridicamente enquanto empregadas com a Lei das Domésticas, aprovada em 2015, que as concedeu os mesmos direitos dos empregados comuns. Apesar disso, depois de quase três anos da entrada da lei em vigor, 70% das domésticas se encontram na informalidade. Desde outubro de 2015, quando passou a ser obrigatório o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), essas trabalhadoras sem carteira assinada passaram de 4,2 milhões para 4,4 milhões, segundo o IBGE (DYNIEWICZ, 2018).

Nota-se que a institucionalidade não consegue superar o problema dos esparsos direitos das trabalhadoras domésticas, visto a *estrutura* do trabalho em nossa sociedade, que contém em si opressão. A economia familiar doméstica tem seu valor determinado pelas necessidades familiares, já a economia voltada ao lucro – cujo trabalho é abstrato, masculinizado - é determinada pelo valor de troca das mercadorias produzidas. Logo, em uma sociedade de mercado, o trabalho doméstico ocupa sempre um patamar inferior com relação ao trabalho produtivo, por uma razão estrutural (DAVIS, 2016).

Como vimos, a gênese histórica dessa estrutura clivada de gênero foi a acumulação primitiva do capital (FEDERICI, 2017). Conforme ocorria a estruturação do sistema capitalista, a desvalorização do papel social da mulher foi sistematizada e se mantém no modo como reproduzimos material e ideologicamente a vida. Contudo, vemos o caráter de binaridade econômica – reprodução, mulher; produção, homem – ser radicalizado pelo neoliberalismo em suas três dimensões.

Ainda assim, Davis (2016) aponta na condição atual das forças produtivas uma possibilidade de transformação radical da natureza das atividades domésticas, que contribuiria, em nosso entender, para iniciar uma desconstituição da clivagem abordada.

4 PROPOSTA DE SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

Vivemos a separação da economia “produtiva” do lar “improdutivo” de forma naturalizada. Nem sempre foi assim. O distanciamento casa-produção se inicia durante o

século XIX, quando os utensílios, alimentos e outros produtos do trabalho doméstico se mercantilizaram, o que despojou as mulheres de seu papel econômico anterior.

Na América colonial, antes da consolidação desse processo, mulheres eram “trabalhadoras completas e realizadas no interior da economia baseada na casa” (DAVIS, 2016, p. 229) e administravam negócios como tabernas, mercearias e lojas diversas. Quando a produção em massa substituiu artigos de origem doméstica e os pequenos estabelecimentos se reduziram, as mulheres foram alocadas para a produção sem que isso implicasse diminuição dos compromissos domésticos e do cuidado com os filhos. No caso das mulheres negras, essa sobreposição de trabalho é ainda mais antiga e constitutiva do cerne de sua sociabilidade.

Abordando o problema do trabalho das mulheres negras, Lélia Gonzalez (2020, p. 180) demonstra como mulheres escravizadas eram demandadas “para diferentes tipos de trabalho, que iam desde aquele no campo (plantação de cana, de café etc.) até o trabalho doméstico.” Após a abolição da escravidão, o cenário se manteve muito semelhante, na medida em que mulheres negras, até hoje, são as mais responsáveis pelo trabalho doméstico – hoje, remunerado quando realizado a outras famílias -, além de ocuparem profissões menos bem-pagas e serem responsáveis pelas tarefas domésticas em seus lares. Sobre isso, enfatiza Gonzalez (2020, p. 177):

No setor de serviços, encontramos o “lugar natural” da mulher negra que trabalha nas cidades: o emprego doméstico. Já os efeitos máximos do sexismo são encontrados nas atividades agropecuárias, onde as mulheres ganham, em média, 14% do que ganham os homens. Quase sempre elas trabalham na agricultura ajudando o marido, sem receber qualquer remuneração.

Segundo Davis (2016, p. 226), haveria, porém, um potencial de se industrializar o que “a dona de casa atual faz de modo tão árduo e primitivo”. Por que esse potencial não se realiza? Isso se deve a dois fatores imbricados: primeiro, aos baixos lucros que uma indústria dessas lograria e, em segundo lugar, pela necessidade de esta ser acessível às famílias da classe trabalhadora. Ou seja, a proposta de socializar aquilo que hoje é

reservado à esfera privada e se concentra nas mãos da mulher – seja dona de casa ou trabalhadora doméstica - tem uma limitação estrutural evidente (DAVIS, 2016).

Conscientes do tamanho do problema, pensamos que a tarefa do feminismo passa por pautar uma agenda política que proponha ações concretas de socialização desse trabalho. O serviço da creche, por exemplo, é um dos mais essenciais para que mulheres sejam menos demandadas nas atividades de cuidado e tem sido drasticamente reduzido¹⁰, exatamente porque o Estado neoliberal se ocupa cada vez menos da proteção social, relegando seus serviços às famílias – e, portanto, às mulheres –. Sobre isso, destaca-se:

A impossibilidade de a mulher arcar com os custos de um substituto para o tempo dedicado para os filhos menores pode levar a sua saída do mercado de trabalho, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para aumentar a oferta de creches e contribuir com a redução da pobreza das famílias (QUEIROZ; ARAGÓN, 2015, p. 799).

Como vimos, as diretrizes políticas e econômicas neoliberais vão no sentido oposto à consolidação desses serviços pelo Estado. A restauração da família aparece como operação necessária aos tantos modos de privatização e mercadorização da vida impostos pelo neoliberalismo, de maneira a redomesticar as mulheres (SANTOS, 2019). A destruição da proteção e da previdência social, por exemplo, conformam mais uma medida que agrava a feminilização da pobreza e a sobrecarga de trabalho não-remunerado feito por mulheres, como analisam Santos e Souza (2015).

Além disso, o neoliberalismo, em sua ética do atomismo individualista, não vê as estruturas sociais. Isso implica a desconsideração de possíveis vulnerabilidades de grupos particulares e gera um constante exacerbamento de desigualdades conforme suas políticas são implementadas. No campo do cuidado e do trabalho doméstico, a convocação das mulheres é, além de funcional, pois demanda menos atuação do Estado, naturalizada, já que não é tomada como efeito do patriarcado.

Para avanços nesse sentido, uma das tarefas do movimento feminista é mobilizar um pensamento coletivo contrário àquele constitutivo do neoliberalismo. A falsa solução

¹⁰ Ver Barbon (2019).

das mulheres de classes mais abastadas, de terceirizar o cuidado e o trabalho doméstico a profissionais individuais (quase sempre mulheres, quase sempre negras) não pode ser entendida como sinônimo de emancipação feminina, sinal de independência ou empoderamento. Essa prática configura mais uma manifestação de opressão, entendida em sua interseccionalidade¹¹, com ênfase aqui, na classe social.

Afastando-se, portanto, de uma leitura individualista que caracteriza a captação de pautas feministas pelo neoliberalismo, o movimento das mulheres por emancipação precisa enfrentar as contradições do modo de produção.

Nesse sentido, vale lembrar as lições de Saffioti (2013) em sua obra *A Mulher na Sociedade de Classes*, escrita durante a ditadura civil-militar brasileira, época em que ascendia um feminismo “pequeno-burguês”, focado unicamente na conquista de direitos como o voto e na incorporação de mulheres no mercado de trabalho produtivo como sinônimo de emancipação. Diz Saffioti (2013): se a ampliação do papel feminino no trabalho for tomada como emancipação, tem-se uma compreensão ilusória. Isso porque, nesse sistema econômico, não se garante a igualdade.

Saffioti (2013) aborda em detalhes a participação das mulheres no mercado de trabalho formal, que nunca ocorreu de forma igualitária em todos os setores e com os mesmos retornos logrados por homens. De modo geral, elas foram sendo inseridas nas atividades mais precárias. O fator raça se imbrica a gênero e classe: vê-se mulheres negras empurradas a tarefas ainda mais mal pagas, sendo sobrecarregadas dentro e fora de casa até hoje.

Desse modo, em tempos de neoliberalismo, é preciso voltar a trazer à tona que “[...] não existe um feminismo autônomo desvinculado de uma perspectiva de classe”

¹¹ A interseccionalidade é um conceito metodológico inaugurado pela feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw (1989) em seu artigo *Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas* e fortalecido por outras autoras, em especial do feminismo negro. Inicialmente, esse método foi arquitetado para explicar causas e efeitos da violência sofrida por mulheres negras, com objetivo de possibilitar a interligação das condições estruturais do machismo e do racismo. Assim, a interseccionalidade dá conta de analisar o objeto da investigação social considerando sempre raça, classe e gênero em suas dinâmicas de interação, evitando teorizações que excluam alguma dessas dimensões e seus impactos, que são tão relevantes socialmente.

(SAFFIOTI, 2013, p.12). Assim sendo, reivindicar a responsabilidade coletiva pelo cuidado e pelo bem-estar dos seres humanos em sociedade seria um importante passo para tensionar essa estrutura que fortalece a desigualdade de gênero, levando o feminismo a se ocupar de uma pauta política urgente, que de modos diferentes, toca a todas.

5 CONCLUSÃO

O projeto político e econômico de nosso tempo, o neoliberalismo, se apresenta em tripla faceta: em termos econômicos é um movimento de restauração do poder econômico que gerou grande concentração em conglomerados e corporações. Sustenta um modelo de Estado que parte de uma crítica constante ao Estado e busca imprimir a ele e à sociedade as supostas virtudes do mercado (como a competitividade e a eficiência). Como resultado, tem-se o que Wacquant (2012) chama de um Estado centauro, pois exhibe rostos opostos nos dois extremos da estrutura de classes: ele é edificante e “libertador” no topo, onde atua para alavancar os recursos e expandir as opções de vida dos detentores de capital econômico e cultural; mas é penalizador e restritivo na base da pirâmide social. Para a base da pirâmide social, as políticas sociais são reduzidas e aumenta-se o encarceramento.

Essas políticas econômicas e o modelo de Estado neoliberal sustentam-se na terceira faceta do neoliberalismo: a ética neoliberal, que serve como legitimadora desses ideais e forja uma nova subjetividade a ele adaptada. Segundo essa ética neoliberal, a liberdade é a base da vida, isso porque a liberdade é conceituada de forma estreita: toda ação é resultado de livre escolha desde que não haja coerção (entendida essa como ameaça de violência física sobre si ou sobre quem se aprecia). Disso deriva que cada um é responsável por sua vida, pois é responsável por suas escolhas livres, desde que não tenham sido coagidos por qualquer forma de violência física.

Desse modo, a versão mais popular da ética neoliberal afirma uma autorresponsabilidade total do indivíduo por sua vida e situação socioeconômica, deslegitimando o Estado de bem-estar social e contribuindo para explicações naturalísticas

das opressões. Para as mulheres, isso implica a naturalização da desigualdade que as atinge tanto no mercado, quanto no ambiente doméstico. Nesse sentido, a ética de responsabilização individual e a diminuição do Estado nas áreas de proteção social são obstáculos para a emancipação feminina, geram maior exploração das mulheres responsáveis também pelas atividades de cuidado e pelo trabalho doméstico. Essas atividades permanecem sendo atribuídas a elas de modo naturalizado. Além disso, o papel social da mulher no lar contribuiu para a consolidação da prática de preterição das mulheres no mercado de trabalho (com menores salários, por exemplo), de forma que lar e produção configuram relações sociais inter-relacionadas. O patriarcado é um sistema político-ideológico com consequências econômicas relevantes, que tem seu mecanismo circunscrito pela lógica do capital.

Em tempos de neoliberalismo, é tão forte o pensamento antioletivista que até mesmo parte do feminismo tem sido capturado pela ideia de libertação individual, reafirmando uma versão feminina do empreendedor de si. Para romper com esse pensamento, nossa proposta é destacar a importância da socialização do trabalho doméstico e do cuidado para a emancipação feminina, no entendimento de que a luta das mulheres passa necessariamente por rejeitar o sujeito ético ideal do neoliberalismo. Não é possível a vida em coletividade sem responsabilidade coletiva pelas tarefas de cuidado e o trabalho doméstico.

Nesse sentido, a proposta de Angela Davis (2016) de industrializar o trabalho doméstico é um dos caminhos para uma efetiva emancipação feminina, mas que ainda encontra obstáculos anteriores para serem derrubados, como o imperativo do lucro. Desse modo, para tornar possível sua concretização, enfatizamos a necessidade de se pautar coletivamente o trabalho de cuidado e o doméstico como responsabilidade social compartilhada por todos. Nesse passo, um dos desafios mais fundamentais é conseguirmos romper a ética neoliberal, cuja ideologia esconde a esfera reprodutiva que está por trás da formação de qualquer sujeito autônomo na sociedade e ultraindividualiza sucessos, fracassos e direitos. Também, é preciso fazer com que a política institucional lide com as pautas feministas de modo substantivo, promovendo a socialização do trabalho de

cuidado e da casa por meio das políticas públicas possíveis em sua esfera de atuação, como a universalização de creches públicas e a consolidação de programas de assistência, proteção e previdência sociais.



REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, p. 33-58, 2015.
- BECKER, Gary S. **A Treatise on the Family**: enlarged edition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- BECKER, Gary S. **Human Capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: Columbia University Press, 1964.
- BECKER, Gary S. **The economics of discrimination**. 2. ed. London: The University of Chicago Press, 1971.
- BOAS, Taylor C.; GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From new liberal philosophy to anti-liberal slogan. **Studies in comparative international development**, v. 44, n. 2, p. 137-161, 2009.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: Neoliberalism's stealth revolution. [S. l.]: Mit Press, 2015.
- CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Revista Outubro**, v. 15, n. 15, p. 177-193, 2007.
- DAVIES, William. The Neoliberal State: Power Against 'Politics'. In: CAHILL, Damien *et al.* (ed.) **The sage handbook of neoliberalism**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Pedro Neves. Dossiê aborda "trabalho invisível" de mulheres e meninas ao redor do mundo. **Brasil de Fato**, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/15/dossie-aborda-trabalho-invisivel-de-mulheres-e-meninas-ao-redor-do-mundo#:~:text=Os%20dados%20s%C3%A3o%20ainda%20mais,praticamente%20a%20metade%20do%20tempo>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- DYNIWICZ, Luciana. Três anos depois de lei, 70% das domésticas estão na informalidade. **Terra**: Economia, 12 ago. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/tres-anos-depois-de-lei-70-das-domesticas-estao-na-informalidade,ffc7f42f33bf0971ccb8f16a4fd61521lwmf9lrz.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2008.

GALVÃO, Andrea. O neoliberalismo na perspectiva marxista. **Crítica Marxista**, n. 27, p. 149-156, 2008. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario33Comentario1.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Schwarcz/Companhia das Letras, 2020.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HAYEK, Friedrich A. Von. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics [1989]. London: Routledge, 2018.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. **Crítica ao feminismo liberal**: valor-clivagem e marxismo feminista. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

MARX, Karl. **El capital**. Libro I, capítulo VI (inédito): Resultados inmediatos del proceso de producción. Tres Cantos: Siglo XXI, 2001.

MILLER, Claire Cain. Por que as mulheres, e não os homens, são julgadas pela casa bagunçada Julgamento é exemplo da influência de normas sociais sobre o comportamento das pessoas. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/06/por-que-as-mulheres-e-nao-os-homens-sao-julgadas-pela-casa-bagunçada.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MIROWSKI, Philip. Postface: Defining Neoliberalism. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (org.). **The road from Mont Pelerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The Road from Mont Pelerin**: The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

PINZANI, Alessandro. Uma vida boa é uma vida responsável: o neoliberalismo como doutrina ética. In: Rajobac, Raimundo; Bombassaro, Luiz Carlos; Goergen, Pedro (org.). **Experiência formativa e reflexão**. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

PLANT, Raymond. **The neo-liberal state**. Oxford: Oxford University Press on Demand, 2010. p. 430-446.

QUEIROZ, Vívian dos Santos; ARAGÓN, Jorge Alberto Orellana. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, p. 787-819, 2015.

ROMO, Héctor Guillén. Los orígenes del neoliberalismo: del Coloquio Lippmann a la Sociedad del Mont-Pèlerin. **Economía UNAM** [online], v. 15, n. 43, p. 7-42, 2018.

Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/eunam/v15n43/1665-952X-eunam-15-43-7.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, v. 8, 1985. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/108258>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018**: familismo, conservadorismo e neoliberalismo. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38470>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SANTOS, Aline Fagundes dos; SOUZA, Sidimara Cristina de. O agravamento do processo de feminilização da pobreza a partir das atuais propostas de Reforma do Regime Geral de Previdência Social no Brasil. **JURIS** - Revista Da Faculdade De Direito, v. 24, p. 11-38, 2015.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4979201200030008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2020.

RIBEIRO, Luísa Neis; HEINEN, Luana Renostro. Crítica feminista ao neoliberalismo: a ampliação da opressão feminina como consequência do neoliberalismo. **RBSD** – Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 10, n. 1, p. 52-79, jan./abr. 2023.

Recebido em: 05/04/2021

Aprovado em: 16/10/2022